

HABEAS CORPUS Nº 545.882 - SP (2019/0342232-7)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : RICARDO GUIRELLI
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RICARDO GUIRELLI (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS À ANÁLISE DA CONTROVÉRSIA. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA. REMESSA DOS AUTOS À DEFENSORIA PÚBLICA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, sem pedido liminar, impetrado de próprio punho e em favor próprio por RICARDO GUIRELLI, apontando como Autoridade Coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Processo n.º 0000277-07.2017.8.26.0556).

Narra o Impetrante/Paciente que foi condenado à pena de 13 (treze) anos de reclusão, como incurso nos arts. 33, *caput*, e 35, *caput*, ambos da Lei n.º 11.343/2006.

Insurge-se contra a manutenção do decreto prisional, argumenta que faz jus à redução da pena por existência de atenuantes, pleiteia o tráfico privilegiado e, por conseguinte, a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos.

Requer o reconhecimento de atenuantes, a fixação de regime prisional mais brando, a incidência da minorante prevista no art. 33, § 4.º, da Lei de Drogas e a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos.

É o relatório. Decido.

Verifico não ser possível analisar a viabilidade do pleito deduzido, diante da instrução deficitária do *writ*. A Parte Impetrante não acostou aos autos cópia das peças processuais que comprovem o alegado na inicial – **somente consta a cópia da petição inicial** –, o que obsta a apreciação do constrangimento ilegal alegado.

Como se sabe, **compet**e à Defesa narrar e instruir completa e

Superior Tribunal de Justiça

adequadamente o *habeas corpus* (ou seu respectivo recurso).

Dessa forma, como a Defesa não se desincumbiu do ônus de formar adequadamente os autos, olvidando-se de que o *habeas corpus* "*pressupõe prova pré-constituída do direito alegado*" (STJ, HC 437.808/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 28/06/2018), não há como apreciar o mérito do *writ*.

No mesmo sentido: HC n.º 508.081/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJe 08/05/2019; HC n.º 507.614/ES, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, DJe 08/05/2019; HC n.º 507.591/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe 08/05/2019; HC n.º 507.828/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, DJe 08/05/2019.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 34, inciso XX, e 210 do RISTJ, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Determino o envio dos autos à Defensoria Pública do Estado de São Paulo, para que avalie a situação do Paciente e adote as providências que entender cabíveis.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora